



## **APEVT | Associação Nacional de Professores de Educação Visual e Tecnológica**

Porto 09 de fevereiro de 2016

# **MANIFESTO**

**Pela promoção da Educação Artística e Tecnológica na Educação Básica que vise a formação integral de todos**

Os professores das Áreas Artísticas e Tecnológicas do Ensino Básico e Secundário de todo o país, atentos aos problemas da atual situação do sistema de ensino aprendizagem da Educação Visual e da Educação Tecnológica do 2º e 3º CEB, reuniram-se, a 30 de janeiro de 2016, nas regiões do Porto, Lisboa e Madeira, para preparar novo documento<sup>1</sup> de reflexão, avaliação e formulação de propostas de intervenção prioritárias no sistema de ensino aprendizagem.

Na anterior legislatura, o projeto de Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho, elaborado pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC) ao estabelecer a revisão da estrutura curricular do ensino básico e secundário, integrou um conjunto de medidas que atingiram com grave impacto o lugar e finalidades educativas e sociais das disciplinas no currículo do ensino básico, a estabilidade profissional dos professores e a escola pública em geral, que tinha conseguido avanços extraordinários nas décadas que sucederam a revolução de Abril.

Esta mudança radical, que visou única e obsessivamente a redução do número de professores ao serviço da escola pública em Portugal, agravou questões pedagógicas, inverteu o paradigma da escola inclusiva para uma visão seletiva e dual da escolaridade, decretou o fim do conjunto de competências consideradas essências e estruturantes no âmbito do desenvolvimento do currículo nacional, enquanto perfil de saída para o sucesso efetivo dos ciclos de estudo e introduziu as metas curriculares.

---

<sup>1</sup> A APEVT tem produzido documentos de reflexão, formulado propostas de atuação, afirmando a sua firme disponibilidade para participar nas correções e transformações educativas perspetivando como prioridade de ação a valorização e o lugar destas áreas educativas na matriz curricular do Ensino Básico. Documentos apresentados ao Ministério da Educação e Ciência.



As metas conduziram a uma atomização do currículo, com cada disciplina por si, criando uma "manta de retalhos", (com programas sem metas, metas sem programas, metas desajustadas, entre muitas outras incongruências), com a introdução da ideia de classificar as disciplinas entre estruturantes e não estruturantes levando ao estreitamento do currículo e a consequente desvalorização e alteração dos modelos disciplinares e tempos escolares dedicados às disciplinas do currículo.

Estas medidas conjugadas com outras, nomeadamente a constituição de turmas com excessivo número de alunos, restringiu a capacidade de aprendizagens mais individualizadas, potenciou a indisciplina, a ineficiência na gestão do ensino aprendizagem, traduziu-se num retrocesso na relação pedagógica entre professor e aluno e da escola pública em geral.

Pela primeira vez na história da escola pública democrática, o Ensino Básico perdeu o seu carácter de preparação integral do aluno e abdicou da garantia que todas as crianças e jovens concluam a escolaridade básica com uma educação alicerçada numa ampla variedade de aprendizagens.

A educação integral para todos, uma das razões de ser da escola pública, exige o desenvolvimento de uma literacia artística e literacia tecnológica capaz de promover o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser que habita a criança, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento das competências necessárias para uma cidadania ativa e empenhada, desenvolvidas desde sempre nesta articulação de saberes corporizada da disciplina de Educação Visual e Tecnológica. Educação Visual e Tecnológica<sup>2</sup> (EVT).

A longa luta que a APEVT mantém pela área de Expressões no 1ºCEB, disciplina de Educação Visual e Tecnológica no 2º CEB e Educação Tecnológica no 3º CEB consubstancia-se em razões de ordem histórica e de ordem psicopedagógica. Efetivamente, a EVT é o último elo de uma evolução histórica das Artes e dos Ofícios como disciplinas curriculares e o ponto de encontro com as tendências da educação artística e da educação tecnológica das últimas décadas.

---

<sup>2</sup> Relativamente à disciplina de EVT, quando da sua dispersão curricular, o Conselho de Escolas disse no seu parecer, “ ... que a mesma é uma disciplina integradora e transversal, de diferentes saberes, pretende uma formação artística e técnica a qual integra a realização de atividades práticas. Assume ainda, uma preocupação constante de unidade e articulação entre as várias componentes disciplinares, no sentido de convergirem para a formação pessoal, acrescentando a mais-valia da formação transversal dos docentes. Por consequência esta disciplina deve ser mantida no 2º Ciclo, com as mesmas cargas horárias.”



A natureza das situações de aprendizagem e experiências educativas em Educação Visual e Tecnológica requerem, como procedimentos fundamentais de ensino, a promoção de situações de natureza prática, nomeadamente, de expressão pessoal, práticas criativas, práticas experimentais e laboratoriais, práticas oficinais e práticas produtivas com transformação de materiais e objetivadas em produções materializadas fisicamente.

Estas práticas inovadoras não se podem concretizar sem a plena integração destas duas áreas curriculares: separadas, perdem sentido, significado e relevância para os alunos desta faixa etária. O corpo das aprendizagens em EVT integra também a realização de ações práticas que requerem a operação em segurança de utensílios e ferramentas de trabalho com acrescida supervisão.

A Educação Visual e Tecnológica, assim como a sua expectável recolocação curricular, apresenta na sua configuração e modelo de docência, um contributo inquestionável não só para a inclusão e para o combate ao insucesso escolar pois é um lugar educativo de forte realização pessoal do aluno, mas também possibilita o desenvolvimento de estratégias educativas inter e multidisciplinares orientadas para a heterogeneidade dos públicos escolares. A EVT torna-se, assim, lugar de realização pessoal e social promotora de aprendizagens significativas e de forte inclusão escolar.

A abordagem da componente tecnológica em contexto de sala de aula exige uma metodologia em contexto de projeto, que promova o desenvolvimento das capacidades de observação e análise, de experimentação, de resolução de problemas técnicos e tecnológicos, de produção técnica e oficial, de pesquisa, de organização e gestão, pois se assim não for, estamos perante atividades experimentais das ciências aplicadas ou simples exercícios de manualidades, o que constituiria um retrocesso na qualidade de ensino nesta área prejudicando, assim, a formação dos alunos.

Do mesmo modo, deveriam ser alargadas ao 1º CEB experiências educativas que se aproximassem aos processos artísticos, técnicos e científicos necessários para a articulação de temas (preparação e manuseamento de materiais, organização e orientação espacial, experiências de motricidade fina, normas de segurança e higiene no trabalho), interligando saberes, linguagens e processos entre ciclos de estudo do ensino básico, dotando as crianças de capacidades que lhes permitam enfrentar o mundo com um maior controlo das suas ações futuras.



No caso do 3º CEB, a redução do tempo letivo de Educação Visual e a ausência de oferta obrigatória da disciplina de Educação Tecnológica, conferiu um desinvestimento nestas áreas de formação. Estas disciplinas conferem um alargamento e uma especificidade do ciclo anterior, tal como designado na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), apetrechando todos os alunos para escolhas vocacionais e inserção na vida ativa.

A Educação Tecnológica, e a sua expectável recolocação no currículo obrigatório do 3º CEB, assim como a sua Implementação no ensino secundário, especialmente nos cursos de orientação profissional, afigura-se-nos como uma opção estratégica, no sentido de dotar os nossos jovens de uma Cultura Tecnológica para melhor compreenderem o mundo da técnica e das ciências aplicadas, as exigências do manuseamento de operadores tecnológicos, como forma de se apoderarem do uso e controlo dos meios tecnológicos com relevância empreendedora e criativa para o seu futuro.

**Com o objetivo de devolver às escolas e aos alunos, a curto prazo, as condições necessárias ao ensino aprendizagem na Área Artística e Tecnológica,** contrariando as tendências decorrentes de uma política que acentuou um ensino centrado na verbalização do conhecimento e nas aprendizagens formalistas e funcionalistas centradas em exercícios / conteúdos com valor e significado em si mesmo, **os professores definiram três Domínios de Intervenção Prioritária:**

### **1. Desenvolvimento curricular**

**Anulação reorganização do atual modelo do sistema educativo,** (Metas Curriculares e Planos Curriculares do Ensino Básico), de modo a garantir uma educação integral para todos, tal como prevê a Constituição da República Portuguesa:

- Que permita promover as literacias artísticas e tecnológicas, através da estruturação de **modelos disciplinares coerentes, integradores e sequenciais nos três ciclos de estudo;**
- Que valorize o papel e lugar destas áreas educativas na matriz curricular, pelo **aumento da carga horária;**
- Que garanta a sequencialidade programática entre as Expressões no 1º CEB e a EVT no 2º CEB;
- Que anule o retrocesso educativo e as incongruências curriculares no 2ª CEB, **repondo a disciplina de Educação Visual e Tecnológica;**
- Que promova as aprendizagens em **Educação Tecnológica, no 3º ciclo, com carater obrigatório;**



- Que garanta o **alargamento dos estudos** em Educação Tecnológica no Ensino Secundário;
- Que elimine a incoerência na **transformação curricular de Educação Visual, 3º ciclo**, decorrente das Metas Curriculares.

## 2. Desenvolvimento socioprofissional

**Promoção do sentido de profissionalidade docente**, evitando a desumanização e intranquilidade do ambiente escolar;

- Que **reduza o número de alunos por turma** possibilitando aos professores perseguirem em melhores condições as finalidades educativas com que atualmente se confrontam;
- Que **crie equipas curriculares** com regimes de docência partilhados para que a escola se centre nos processos e na articulação de saberes, melhorando o trabalho na sala de aula.
- Que torne visível a **estabilidade socioprofissional**, (a segurança no trabalho, a equidade e clareza na colocação de professores e na distribuição do serviço docente), devolvendo o protagonismo e o reconhecimento que os professores merecem por parte da sociedade.

## 3. Programa de acompanhamento e monitorização

**A APEVT afirma o seu total empenho na construção de um projeto educativo sólido e de qualidade para a escola portuguesa**, particularmente no que diz respeito à evolução da organização curricular das áreas educativas da Educação Visual / Artes Visuais e Educação Tecnológica.

Neste quadro, defendemos que qualquer alteração passará necessariamente por um processo e modelo que integre as seguintes fases:

- Elaboração de uma proposta base;
- Discussão pública (auscultação e envolvimento das entidades que trabalham estas áreas);
- Programa de experimentação, acompanhamento, apoio e monitorização;
- Formação / atualização da formação contínua de professores;
- Plano de implementação (monitorização e avaliação com desenvolvimento de dispositivos de regulação).